

Recurso Prematuro e a Duração Razoável do Processo

Heleno Francisco de Menezes Júnior¹

Resumo

Análise da origem e do teor da Súmula nº 418 do Superior Tribunal de Justiça - que dispõe ser inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem sua posterior ratificação - e investigação acerca da eventual possibilidade de se estender os efeitos do referido verbete sumular a outras espécies recursais distintas do recurso especial. Questiona-se tanto a tempestividade do recurso interposto antes de efetivada publicação oficial da decisão judicial recorrida, quanto a possibilidade de se exigir do recorrente, quando o recurso for interposto concomitantemente com aclaratórios da parte adversa, a ratificação das razões de seu recurso após encerrado o julgamento dos referidos embargos de declaração.

Palavras-chave: Processo Civil. Recursos. Conceito. Princípios. Requisitos de admissibilidade. Tempestividade. Ciência inequívoca. Interposição prematura. Embargos de declaração. Ratificação. Súmula nº 418/STJ.

1 INTRODUÇÃO

Há muito a tempestividade recursal, nas hipóteses de interposição do recurso dito prematuro, causa inquietude no meio jurídico, questionando-se, assim, se a impugnação da decisão manejada em momento anterior à sua própria publicação oficial ensejaria ou não intempestividade. Não obstante a edição do Enunciado 418 da Súmula do STJ, impõe-se a análise da questão supra a partir de estudo pormenorizado do tema, a fim de avaliar o acerto ou desacerto de sua aplicabilidade.

Imperioso também, para o eskorreito exame da temática em apreço, promover brevíssima síntese acerca do conceito de recurso, seus princípios e requisitos de admissibilidade recursal, passando pelo exame da questão da tempestividade e do nascimento do direito de recorrer a partir da ciência inequívoca da parte acerca do conteúdo da decisão que pretende ver reformada.

Oportuno, ainda, não descuidar do histórico jurisprudencial que desaguou na edição da Súmula nº 418/STJ, sem o qual não seria possível examinar se o referido enunciado se coaduna com os princípios que regem nosso sistema recursal, especialmente os princípios da unicidade e da taxatividade.

Só assim, e reconhecendo-se a impossibilidade de esgotamento de todas as questões controvertidas que o tema apresenta, será possível apresentar alternativa juridicamente válida ao rigor dos efeitos resultantes da aplicação descuidada do referido verbete sumular.

2 RECURSO: CONCEITO, PRINCÍPIOS E REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE

Recurso é o remédio processual voluntário e idôneo, apto a ensejar, dentro do mesmo processo, a reforma, a invalidação, o esclarecimento ou a integração de decisão judicial contra a qual se insurge uma das partes ou terceiro interessado.

Diz-se “remédio”, por se tratar de um instrumento processual destinado a corrigir desvio jurídico; “voluntário”, porque depende de ato parte discordando integral ou parcialmente da decisão que impugna, ou seja, não comporta interposição de ofício; e, finalmente, “idôneo”, porque o recurso utilizado deve ser adequado quanto ao tipo de decisão que se almeja combater.

Nesse sentido, é a lição de Humberto Theodoro Júnior, para quem, em sentido estrito, recurso é:

[...] o meio ou remédio impugnativo apto a provocar, dentro da relação processual ainda em curso, o reexame da decisão judicial, pela mesma autoridade judiciária, ou por outra hierarquicamente superior, visando a obter-lhe a reforma, invalidação, esclarecimento ou integração. (THEODORO JÚNIOR, 2012, p. 589)

Submete-se, enquanto instituto jurídico processual, a diversos princípios, dentre os quais merecem destaque, à guisa de exemplo: (i) o da **taxatividade** – segundo o qual o ordenamento jurídico não pode deixar à autonomia dos litigantes a instituição dos meios hábeis para impugnar as resoluções judiciais; (ii) o da **unicidade ou unirrecorribilidade** – que dispõe ser inadmissível a interposição de mais de um recurso contra o mesma decisão judicial; (iii) o da **fungibilidade** – que revela ser possível admitir recurso como se outro fosse, quando, além de tempestiva a interposição, o equívoco não consistir erro grosseiro e houver boa fé do recorrente; (iv) o da **consumação** – segundo o qual, interposto o recurso se opera a preclusão consumativa, obstando a posterior complementação ou alteração de suas razões, e (v) o da **proibição da reformatio in pejus** – que impede o órgão julgador *ad quem* de proferir decisão mais desfavorável ao recorrente.

A apreciação do mérito dos recursos depende também do preenchimento de certos requisitos a que a doutrina denomina “de admissibilidade”. Tais requisitos podem ser intrínsecos (cabimento, legitimidade, interesse recursal, dentre outros) ou extrínsecos (tempestividade, regularidade formal e preparo).

Legitimidade é a autorização legal para se recorrer que, em regra, é conferida, nos termos do *caput* do art. 499 do Código de Processo Civil, ao Ministério Público, à parte vencida e ao terceiro prejudicado juridicamente interessado.

O interesse recursal, por sua vez, subordina-se aos critérios de utilidade e necessidade. Em outras palavras, interessado é aquele a quem o recurso, como via imprescindível para tanto, possa propiciar situação mais favorável do que a constituída pela decisão recorrida.

Cabimento pode ser resumido no binômio aptidão-adequação, ou seja, só há falar em recurso cabível se houver aptidão do ato judicial para sofrer impugnação recursal bem como previsão legal, no rol do art. 496 do Código de Processo Civil, de remédio para tal finalidade.

Preparo, nada mais é, que o pagamento, na época certa, das despesas processuais relativas ao processamento do recurso, compreendo as custas e, quando necessário, o porte de remessa e retorno para o deslocamento dos autos.

Vale destacar, antes que se dê início a incursão no exame da temática aqui proposta, que, tempestividade é o requisito recursal atrelado à apresentação desse remédio dentro do prazo peremptório estabelecido por lei. Diz-se **intempestivo** e, portanto, inadmissível o recurso, quando esgotado o prazo estipulado pela lei para sua interposição. O esvaimento do prazo recursal torna, pois, precluso o direito de recorrer.

Nesse particular, precisa a lição de Araken de Assis:

Com o fito de atalhar, num momento previsível, a possibilidade de recorrer das resoluções judiciais, todo recurso há de ser interposto antes de findar o prazo previsto em lei, sob pena de preclusão. Interposto o recurso além do prazo, ele é inadmissível, porque intempestivo. (ASSIS, 2015, p. 202).

Interessa, sobremaneira, em virtude da natureza do presente estudo, a análise um pouco mais detida do requisito da tempestividade recursal, mais particularmente no que diz respeito aos efeitos que a ciência inequívoca da parte interessada acerca do teor da decisão judicial a ser impugnada produz quanto ao cômputo do prazo recursal, o que se passa a analisar na sequência.

3 CIÊNCIA INEQUÍVOCA E PRAZO RECURSAL

Como forma de efetivar a segurança jurídica nosso sistema processual prevê prazos peremptórios para a interposição de recursos. Ou seja, fixa-se um prazo para que partes e eventuais terceiros interessados possam manifestar sua irresignação contra a decisão judicial exarada e, após o transcurso de tal lapso, inviabilizada fica sua revisão, de modo a consolidar determinada situação jurídica, recaindo sobre aquilo que restou, ao final decidido, o que se tem por eficácia preclusiva da coisa julgada.

Por isso que, para que o requisito de admissibilidade recursal da tempestividade seja preenchido, exige-se que a interposição do recurso pelo interessado se dê antes de esvaído o prazo fixado em lei para tal finalidade. O transcurso de tal prazo somado a eventual inércia da parte interessada acarreta a preclusão temporal.

O *dies a quo* para a interposição dos recursos é disciplinado, como consabido, pelo art. 506 do Código de Processo Civil, que ostenta a seguinte redação:

Art. 506. O prazo para a interposição do recurso, aplicável em todos os casos o disposto no art. 184 e seus parágrafos, contar-se-á:

- I – da leitura da sentença em audiência;
- II – da intimação às partes, quando a sentença não for proferida em audiência;
- III – da publicação do dispositivo do acórdão no órgão oficial. (BRASIL, 1973).

Da simples leitura da referida norma extrai-se que sua *ratio essendi* é estabelecer a data em que o advogado da parte tem ciência inequívoca da decisão como termo inicial do prazo recursal.

Tanto é assim que o legislador optou por contar o prazo recursal, nas hipóteses em que prolatada a sentença em audiência, da leitura da respectiva peça, dispensando, portanto, posterior intimação da parte – na pessoa de seu representante legal – em casos tais. Afinal, proferida em audiência a sentença, e nela já estando presente o causídico, desde então já teria plena ciência da decisão judicial, conhecendo, de plano, a integralidade de seus fundamentos.

O art. 242 do CPC também é preciso quanto a esse aspecto, ao dispor que “o prazo para a interposição do recurso conta-se da data em que os advogados são intimados da decisão, da sentença ou do acórdão.”

Nesse particular, oportuno lembrar que a intimação por meio de publicação no órgão oficial é apenas uma das modalidades de intimação, a qual pode se dar, inclusive, pela “ciência inequívoca” da decisão, quando, por exemplo, o advogado tem acesso aos autos em secretaria antes de ser formalmente intimado.

A fluência dos prazos recursais a contar da ciência inequívoca do advogado é reconhecida pela jurisprudência pátria, apesar de não haver, a bem da verdade, no texto legal, expressa menção à expressão “ciência inequívoca”.

Sobre o tema, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal, já teve oportunidade de decidir que “a fluência do prazo recursal - que é peremptório e preclusivo (RT 611/155 - RT 698/209) - também tem início com a ciência inequívoca, pela parte, da decisão que lhe é desfavorável.”²

De igual maneira, o Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. CARGA DOS AUTOS. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA DECISÃO. ABERTURA DO PRAZO RECURSAL. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

2

1. A retirada dos autos do Cartório ou da Secretaria da Vara por procurador da parte, devidamente certificada nos autos, acarreta a sua inequívoca ciência do teor de decisão que lhe é adversa, já encartada no processo, se iniciando, na data da vista, a fluência do lapso temporal para o exercício do direito de recorrer, ainda que se trate de Advogado Público.
(...) 3. Agravo Regimental desprovido.³

A norma processual assegura às partes o direito de ver iniciado o transcurso do prazo recursal com a intimação de seus respectivos representantes, seja pessoalmente, seja pela publicação do conteúdo da decisão na imprensa oficial. Resulta evidente, assim, que o direito de recorrer nasce com a ciência inequívoca do interessado acerca do conteúdo da decisão judicial que pretenda infirmar.

A contagem do prazo recursal em momento anterior a intimação oficial, em razão da inequívoca ciência do patrono a respeito do teor da decisão a ser impugnada, é, assim, medida excepcional e, por isso, somente admitida quando concretamente demonstrada.

Sobre o tema, oportuna a colocação de Flávio Cheim Jorge:

[...] a ciência inequívoca constitui inegavelmente uma exceção à clássica regra do direito processual, em que, mesmo não tendo havido regular procedimento de intimação, o prazo recursal começa a fluir. Essa excepcionalidade exige uma análise sempre cuidadosa e restritiva, que permita caracterização de ciência inequívoca apenas quando exista certeza absoluta, imune de qualquer dúvida, de que a parte recorrente teve efetivo e integral conhecimento do teor da decisão recorrida. (JORGE, 2010, p. 177).

Destarte, até mesmo para se evitar eventual incompatibilidade com as garantias constitucionais da ampla defesa e do devido processo legal, é que a doutrina especializada afirmar ser vedado presumir a ciência inequívoca quando houver dúvida a respeito de sua efetiva ocorrência. (FERREIRA FILHO, 2001, P. 70).

Sendo certos os efeitos da inequívoca ciência da parte para fins de início do cômputo do prazo recursal, impõe-se examinar a possibilidade de interposição de recurso em momento anterior à intimação formal das partes pelos meios oficiais.

4 A POSSIBILIDADE DE INTERPOSIÇÃO “PREMATURA” DO RECURSO ANTES DA INTIMAÇÃO

³ STJ, Quinta Turma, AgRg no REsp nº 1.163.375/DF, j. 5/10/2010, rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho.

A interposição do recurso antes de efetivada a intimação formal do interessado é causa de importante divergência doutrinária e jurisprudencial no tocante à tempestividade recursal.

Inúmeros são os precedentes dos Tribunais Superiores a contemplar a orientação de que é prematura a interposição de recurso nessa circunstância. Para os que dessa forma compreendem, o manejo da irresignação recursal antes da intimação da decisão é açodado, prematuro, extemporâneo e, portanto, intempestivo, já que o ato de recorrer estaria sendo praticado antes mesmo de deflagrado o cômputo do prazo recursal.

À guisa de exemplo, vale destacar o seguinte precedente, que bem representa o posicionamento ora mencionado:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERPOSIÇÃO ANTES DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO. INTEMPESTIVIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.

1. "1. O acórdão, enquanto ato processual, tem na publicação o termo inicial de sua existência jurídica, que em nada se confunde com aquele outro com que se dá ciência às partes do conteúdo, intimação, que marca a lei como inicial do prazo para a impugnação recursal.

2. A extemporaneidade do recurso ocorre não apenas quando é interposto além do prazo legal, mas também quando vem à luz aquém do termo inicial da existência jurídica do decisório alvejado.

Precedente do STF.

3. Constatado que os embargos declaratórios foram opostos sem que o acórdão embargado sequer tivesse sido publicado, não se constituindo, portanto, o dies a quo do termo legal para a interposição do recurso, deve-se tê-lo como extemporâneo." (EDclHC 9.275/RJ, da minha Relatoria, in DJ 19/12/2002).

4. Agravo regimental improvido.⁴

Os fundamentos empregados pelos que sustentam ser intempestivo o recurso intentado antes da intimação podem ser de maneira geral reduzidos a dois. O primeiro, de natureza subjetiva, diz respeito à suposta necessidade de que o recorrente tenha ciência de todo o conteúdo da decisão hostilizada, o que só aconteceria quando completada a prestação jurisdicional. O segundo, de natureza objetiva, está atrelado à suposta impossibilidade lógica de se admitir interposto um recurso antes de deflagrado o cômputo do prazo recursal.

Não são poucas, porém, as vozes, tanto na doutrina especializada quanto na jurisprudência de nossos tribunais, a se levantar contra a referida orientação.

⁴ STJ, Sexta Turma, AgRg no AG nº 483.055/SC, j. 9/3/2004, rel. Min. Hamilton Carvalhido.

Para esta significativa corrente de pensamento, nenhum dos fundamentos supramencionados convence, vez que o interesse maior e preponderante no conhecimento pleno do conteúdo da decisão a ser impugnada é do próprio recorrente. A contagem do prazo recursal a partir da intimação oficial assume, assim, a natureza de verdadeira garantia de que não se dará por transcorrido o referido lapso temporal sem a efetiva ciência do interessado. Garantia esta que, acaso se revele, ao sentir do próprio recorrente, desnecessária, poderá, a seu bem entender, ser dispensada.

A prestação jurisdicional está encerrada desde o momento em que se tornar pública a decisão e, com isso, tiverem as partes inequívoca ciência a seu respeito.

Para os que dessa maneira visualizam a questão ora examinada, não se afigura razoável, diante da inexistência de razões jurídicas para tanto, impor prejuízo a parte que, ciente do conteúdo da decisão que pretende modificar e munida de interesse em promover celeridade à lide que integra, abdica do prazo recursal e lança mão do recurso cabível antes de formalizada sua intimação.

Flávio Cheim Jorge, ao escrever sobre o tema, deixa claro que considera verdadeiro desatino reputar extemporâneo, prematuro ou intempestivo o recurso interposto pelo interessado de forma antecipada. Para ele:

[...] é inadequada a classificação dessa situação como sendo de intempestividade. Recurso intempestivo, como cediço, é aquele que foi interposto após o escoamento in albis do prazo recursal. O prazo se inicia e termina sem que a parte interponha o recurso. Assim, se a parte interpôs o recurso antes de sua regular intimação, não há, a toda evidência, que se falar em intempestividade. (JORGE, 2010, p. 180).

A ausência de consenso entre os integrantes do Superior Tribunal de Justiça sobre a orientação doutrinária e jurisprudencial segundo a qual não se admite como tempestivo o recurso antecipadamente manejado, terminou por ensejar que sua Corte Especial, em sessão realizada em 17 de novembro de 2004, quando do julgamento do AgRg nos EREsp nº 492.461/MG, pusesse uma pá de cal na discussão, sedimentado entendimento distinto, ou seja, consolidando a orientação de que o dito “prematuro” recurso se faz, sim, merecedor de conhecimento, porquanto completamente descabido punir a parte por sua diligência e por sua boa-fé processual quando teve ela ciência do conteúdo da decisão judicial que pretende impugnar antes mesmo de sua publicação na imprensa oficial.

No mesmo sentido, merecem destaque os recentes precedentes daquela Corte Superior, que se mantém perfeitamente alinhados com o entendimento sufragado em 2004 pela Corte Especial, mesmo diante da oscilação jurisprudencial sobre o tema que se verificou, por exemplo, no julgamento dos EDcl na SEC nº 3.660/GB:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. 1. AGRAVO IMPROVIDO. INTERPOSIÇÃO PREMATURA DO RECURSO ESPECIAL. ENTENDIMENTO SUPERADO. CONHECIMENTO DO AGRAVO. 2. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NEGATIVA DE VIGÊNCIA AO ART. 14, II, DO CP E AO ART. 621, I, DO CPP. CRIME DE EXTORSÃO. RECONHECIMENTO DA MODALIDADE TENTADA. INVIABILIDADE. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 3. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO, PARA CONHECER DO AGRAVO E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

1. Impedir que a parte se antecipe à intimação para interpor o seu recurso seria um retrocesso. Se a parte está recorrendo é porque ela já se deu por intimada e tem conhecimento da decisão que foi proferida. Não há nenhum prejuízo para qualquer uma das partes, pelo contrário, possibilita uma aceleração no andamento processual.

(...) 3. Agravo regimental a que se dá provimento, para conhecer do agravo e negar provimento ao recurso especial.⁵

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL ANTES DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO EM ÓRGÃO OFICIAL. TEMPESTIVIDADE. HOMICÍDIO QUALIFICADO NA FORMA TENTADA E LESÕES CORPORAIS GRAVES. PRONÚNCIA. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. LEGÍTIMA DEFESA. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. RECURSO IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça no julgamento dos Embargos de Divergência n. 492.461/MG, modificando entendimento há muito consolidado, passou a considerar tempestivo o recurso especial interposto antes da publicação oficial, haja vista a nova realidade da publicidade das decisões judiciais em meio eletrônico que possibilitam às partes o conhecimento prévio do acórdão antes mesmo de sua veiculação oficial. Tal orientação foi novamente alterada pela Corte Especial no julgamento dos EDcl na SEC 3660/GB, no sentido de ser intempestivo o especial interposto antes da publicação do acórdão recorrido no Diário Oficial.

2. Contudo, imperiosa a revisão desse último entendimento, visto que o Superior Tribunal de Justiça, como Tribunal da cidadania, não pode se dissociar da realidade, notadamente da grande evolução dos meios de comunicação e informação nos dias atuais, em obediência aos princípios da instrumentalidade das formas, da igualdade, da boa-fé objetiva, celeridade e lealdade processuais.

(...) 4. Agravo regimental a que se nega provimento.⁶

⁵ STJ, Quinta Turma, AgRg no AREsp 468.384/SP, j. 23/10/2014, rel. Min. Walter de Almeida Guilherme (Desembargador Convocado do TJ/SP).

⁶ STJ, Quinta Turma, AgRg no AREsp 399.793/PR, j. 12/8/2014, rel. Min. Marco Aurélio Bellizze.

Com isso firmaram-se no âmbito da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça duas premissas, a saber: (i) o direito de recorrer nasce com a ciência inequívoca da parte sobre o conteúdo da decisão judicial a ser impugnada e (ii) não se pode afirmar intempestivo o recurso interposto antes de formalizada a intimação da parte recorrente.

5 O ADVENTO DA SÚMULA Nº 418/STJ

Sendo certo o cabimento e a tempestividade do recurso interposto antes da publicação da decisão judicial impugnada, remanesceu indagação outra, qual seja, definir se é admissível a interposição de recurso na pendência de julgamento de embargos de declaração anteriormente opostos, ou seja, antes de integrada a decisão recorrida.

A controvérsia tem espaço em virtude da natureza peculiar dos aclaratórios, que faz com que parte da doutrina inclusive questione se a referida via trata-se mesmo de espécie recursal.

Outro aspecto de relevante importância para a discussão é o fato de a oposição dos embargos acarretar a interrupção do prazo para a interposição do recurso próprio.

Aportavam no Superior Tribunal de Justiça casos em que o recorrente, vencido integralmente na origem, intentava, conjuntamente e contra o mesmo julgado, os dois recursos, os embargos de declaração e o recurso especial.

Em casos outros, diante da reciprocidade sucumbencial, uma das partes fazia uso dos aclaratórios, enquanto a outra, muitas vezes desavisada sobre a atuação daquela e vislumbrando violação da lei federal, interpunha, de pronto, seu recurso especial.

Na tentativa de solucionar o que vislumbrou ser relevante dúvida acerca do preenchimento de um requisito de admissibilidade próprio do recurso especial (o esgotamento das vias recursais ordinárias), o Superior Tribunal de Justiça entendeu por bem apresentar para questões díspares uma única solução.

A discussão sobre a intempestividade do recurso prematuro recebeu, assim, novo capítulo, consistente no advento da Súmula nº418/STJ, que ostenta a seguinte redação: “É inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos declaratórios, sem posterior ratificação”.

Referido verbete Sumular tem sua origem remota no julgamento do REsp nº 776.265/SC, concluído pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça em 18/4/2007.

Naquela oportunidade, com quórum mínimo – já que estiveram ausentes do julgamento os Ministros Antônio de Pádua Ribeiro, Aldir Passarinho Junior, Hamilton Carvalhido, Nilson Naves, Fernando Gonçalves e Gilson Dipp, além de ter sido anotado o impedimento do Ministro João Otávio de Noronha – e por apertada maioria (7 x 6 votos), terminou por se consolidar no STJ a orientação que, mais tarde, ensejou a edição da súmula em debate. Confira-se a ementa do aresto naquela ocasião exarado:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PREMATURO. ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. NÃO CONHECIMENTO.
 - É prematura a interposição de recurso especial antes do julgamento dos embargos de declaração, momento em que ainda não esgotada a instância ordinária e que se encontra interrompido o lapso recursal.
 - Recurso especial não conhecido.⁷

A interpretação que se deu ao enunciado sumular nº 418/STJ terminou sendo a mais ampla possível, como se colhe, por exemplo, do comentário de Roberto Rosas, que emprestou ao referido verbete a seguinte singela interpretação: “a interposição de recurso antes da publicação do acórdão exige a ratificação da interposição desse recurso.” (ROSAS, 2012, p. 542).

O que se seguiu ao referido precedente e, mais especialmente, à edição da Súmula nº 418/STJ, foi que o entendimento ali consignado passou a ser aplicado, por extensão analógica, às demais espécies recursais, aplicando-se o verbete a todo e qualquer recurso indistintamente, não se referindo mais especificamente à necessidade de ratificação apenas do recurso especial interposto antes de publicado, na origem, o acórdão resultante do julgamento de pendentes embargos de declaração.

Confira-se, nesse particular, os seguintes precedentes, que bem demonstram a amplitude da extensão interpretativa que tem sido conferida à súmula em epígrafe:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OPOSIÇÃO ANTES DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO EMBARGADO. RATIFICAÇÃO POSTERIOR EXTEMPORÂNEA. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA 418/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS.

⁷ STJ, Corte Especial, REsp nº 776.265/SC, j. 18/4/2007, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, Rel. p/ Acórdão Min. Cesar Asfor Rocha.

I. O Superior Tribunal de Justiça já firmou o entendimento no sentido de que, em aplicação analógica do disposto na Súmula 418/STJ, os embargos declaratórios, opostos antes da publicação do acórdão embargado, devem ser considerados extemporâneos.

II. Embargos não conhecidos.⁸

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA OPOSTOS ANTES DO JULGAMENTO DOS ACLARATÓRIOS. NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. OPOSIÇÃO ANTERIOR AO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO.

1. No caso dos autos, os embargos de divergência foram opostos antes do julgamento dos aclaratórios. Desse modo, considerando-se que não houve a ratificação do recurso previsto no art. 496, VIII, do CPC e no art. 266 do RI/STJ, incide à hipótese, por analogia, a Súmula 418/STJ, verbis: "É inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem posterior ratificação".

2. Precedentes: AgRg nos EAREsp 131.738/PR, Rel. Min. Humberto Martins, Corte Especial, julgado em 3.10.2012, DJe 15.10.2012; AgRg no AgRg nos EAg 1329459/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Corte Especial, julgado em 16.5.2012, DJe 28.5.2012; EDcl nos EREsp 845.220/DF, Rel. Min. Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 11.5.2011, DJe 17.5.2011.

3. É extemporâneo o agravo regimental interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, salvo se houver reiteração posterior.

Agravo regimental de Rural Seguradora S/A improvido; agravo regimental de Eustáquio de Paula Moreira não conhecido.⁹

O entendimento sufragado foi e ainda é objeto de duras críticas da doutrina especializada, que enxerga nele exemplo odioso do que se tem denominado jurisprudência defensiva dos tribunais.

Assim, parte da doutrina sustenta que a necessidade de ratificação de recurso dito prematuro constitui requisito de admissibilidade recursal não previsto em lei e, portanto, descabido.

Sobre a impossibilidade da criação de óbices desarrazoados e demonstrando perplexidade pela dificuldade de superação do que chamou de "filtro recursal dos tribunais superiores", André Luís Monteiro, citando lição de José Carlos Barbosa Moreira, muito bem anotou:

[...] A questão é tão séria que José Carlos Barbosa Moreira chegou a escrever um texto intitulado 'Restrições ilegítimas ao conhecimento dos recursos', para atacar o que pouco mais tarde seria conhecido como jurisprudência defensiva. O jurista, após dizer que a inadmissibilidade de um recurso é atitude correta, ressalva que 'não devem os tribunais, contudo, exagerar na dose; por exemplo, arvorando em motivos de não conhecimento, circunstâncias de que o texto legal não cogita, nem mesmo implicitamente, agravando sem razão consistente exigências por ele feitas, ou apressando-se a

⁸ STJ, Corte Especial, EDcl no AgRg no RE nos EDcl no AgRg nos EDcl no AREsp nº 161.982/SE, j. 20/11/2013, rel. Min. Gilson Dipp.

⁹ STJ, Corte Especial, AgRg nos EDcl nos EAg 1118846/BA, j. 17/12/2012, rel. Min. Humberto Martins.

interpretar em desfavor do recorrente dúvidas suscetíveis de suprimimento'. (MOREIRA apud MONTEIRO, 2012, p. 274).

Extraí-se da leitura do enunciado nº 418 da Súmula do STJ que ele se refere especificamente à necessidade de ratificação do recurso especial, quando interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração. E assim o é porque o principal fundamento esposado pelos defensores da edição do referido verbete para refutar aqueles que afirmavam que se tratava ali da criação jurisprudencial de requisito de admissibilidade recursal, foi o fato de o art. 105, inciso III, da Constituição Federal, restringir as hipóteses de cabimento do apelo nobre à impugnação de “decisão definitiva”.

Ponderou, assim, o e. Ministro Cesar Asfor Rocha – relator para o acórdão resultante do mencionado julgamento do REsp nº 776.265/SC -, que, sem a publicação do acórdão dos embargos de declaração, não se poderia afirmar definitiva a decisão judicial hostilizada, sendo indispensável, portanto, a posterior ratificação do recurso especial dito prematuro, sob pena de não ser conhecido por intempestividade.

Apesar de não ter sido o entendimento que prevaleceu, não passou despercebido pela corrente minoritária, vencida naquela assentada, que, no caso de rejeição dos declaratórios, a decisão judicial embargada é mantida íntegra, já sendo, pois, definitiva, desde o momento em que exarada. Pelo menos nessa hipótese, em que os embargos de declaração opostos pela parte adversa são posteriormente rejeitados, não seria **exigível** do recorrente a reiteração ou ratificação de seu recurso especial já manejado de forma adequada e tempestiva.

Os defensores desse ponto de vista destacaram que o constituinte, ao somente admitir a interposição do especial contra decisões definitivas, pretendeu evidenciar, tão-somente, que o especial é recurso de natureza extraordinária e que, por isso, poderia ser utilizado apenas quando definitivamente encerrada a competência recursal das instâncias ordinárias.

Sob esse prisma, o fato de ser, em tese, cabível a oposição de embargos de declaração, não poderia servir de óbice a que se considerasse definitivo o aresto exarado na origem, em sede, por exemplo, de apelação, e contra o qual não fosse cabível recurso outro. Afinal, o recurso de embargos de declaração é, por expressa disposição legal, cabível contra toda e qualquer decisão judicial e, sendo assim, le-

vado o conceito de decisão definitiva ao extremo, jamais se poderia afirmar definitivamente decidida qualquer controvérsia.

Não se revelaria plausível, também, reavivar a tese da intempestividade por interposição antecipada do recurso, que, como visto, já se encontrava há muito superada. Orientação nessa ordem de ideias não encontraria base legal ou lógica para se sustentar, haja vista que não teria respaldo no modelo democrático do processo civil brasileiro punir o recorrente diligente por tentar emprestar um mínimo de celeridade ao processo no qual figura como parte.

Merece destaque, finalmente, o fato de que a edição da referida súmula teve por finalidade resolver suposta incongruência aferida a partir de duas situações específicas, quais sejam: (i) a impossibilidade de interposição de recurso especial na pendência do julgamento de aclaratórios próprios e (ii) a análise da tempestividade do recurso especial de uma das partes quando interposto na pendência do julgamento, pela Corte local, de embargos declaratórios da outra.

Ora, a solução adequada para ambas as situações já havia sido vislumbrada a partir da simples aplicação de princípios recursais preexistentes ao verbete sumular.

A interposição simultânea de recursos contra uma mesma decisão, ou, mais especificamente, a interposição do recurso especial antes de concluído o julgamento dos embargos de declaração, é situação que seria resolvida pela aplicação do princípio da **unirrecorribilidade recursal**. Conhece-se do recurso primevo e nega-se conhecimento ao subsequente, visto que com a interposição do primeiro recurso opera-se o fenômeno da **preclusão consumativa**.

Na segunda hipótese – a de interposição de recurso especial por uma parte na pendência dos declaratórios da outra – faz-se imperioso aferir, para fins de conhecimento posterior do apelo nobre, se, quando do julgamento dos embargos de declaração manejados pela parte adversa, houve ou não modificação do conteúdo da decisão anteriormente proferida. Em caso negativo, nenhum óbice há ao conhecimento de seu recurso especial, pois remanesce íntegro seu interesse recursal. Essa é a posição, por exemplo, de Humberto Theodoro Júnior que, apesar de compreender a exigência jurisprudencial de ratificação do recurso, é preciso ao afirmar que:

[...] Se, *in concreto*, nada se alterou no acórdão primitivo, razão não haverá para despir de eficácia o recurso interposto por quem nem mesmo tinha conhecimento dos embargos da outra parte. É melhor que o problema seja

examinado caso a caso, para que não se anule ato que nenhum prejuízo acarretou ao adversário, e muito menos ao Judiciário. Afinal, o processo moderno é infenso às nulidades estereis e aos formalismos injustificáveis. (THEODORO JÚNIOR, 2012, p. 605-606).

Por outro lado, o eventual acolhimento dos declaratórios da parte adversa, quando imbuído de efeitos modificativos, pode resultar na desconstituição daquilo que se pretendia reformar pela interposição do apelo nobre ou, ainda, no agravamento da sucumbência imposta àquele recorrente especial. No primeiro caso, prejudicado ficaria o especial. No segundo, agravada a situação do recorrente, seria plausível conferir-lhe oportunidade de aditar suas razões recursais, desde que promovida, tal complementação, dentro do prazo para interposição do recurso especial, que se iniciaria com a publicação do aresto dos embargos de declaração pelo órgão de imprensa oficial.

O entendimento plasmado na Súmula nº 418/STJ ainda tem sido objeto de questionamentos em nossos tribunais, tanto que, em recentes ocasiões, passaram a novamente demonstrar inclinação pela relativização da tese ali consolidada.

No recente julgamento do AgR no RE nº 680.371, por exemplo, a 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal, por maioria, proveu o agravo regimental interposto contra decisão que não conheceu de recurso extraordinário por intempestividade. Naquele caso, a decisão agravada reafirmava a jurisprudência até então pacífica do STF no sentido de ser extemporâneo o recurso extraordinário interposto antes do julgamento proferido nos embargos de declaração, mesmo que os embargos tivessem sido opostos pela parte contrária. Reputou-se que a parte poderia, no primeiro dia do prazo para a interposição do extraordinário, protocolizar este recurso, independentemente da interposição dos embargos declaratórios pela parte contrária, concluindo-se, assim, ser tempestivo o referido recurso extraordinário e desnecessária sua ratificação.

Ainda que não haja tempo suficiente para que se materialize alteração jurisprudencial capaz de esvaziar o conteúdo da Súmula nº 418/STJ, certo é que ela está prestes a ter seu conteúdo esvaziado.

O novo Código de Processo Civil, em seu artigo art. 1.024, §§ 4º e 5º (Lei nº 13.105/2015), encerra, vez por todas, a discussão objeto do presente trabalho.

Em seu §4º, o art. 1.024 do novo diploma processual dispôs acerca da hipótese de acolhimento dos embargos que enseje modificação da decisão impugnada.

Segundo a norma, nessa hipótese, o embargado que já tiver lançado mão de outro recurso – o especial, por exemplo – tem assegurado “direito” e não a obrigação de complementar ou modificar suas razões recursais, nos exatos limites, por óbvio, da alteração promovida quando do acolhimento dos aclaratórios.

Para tanto, disporá o embargado, também por expressa disposição legal, do prazo de 15 (quinze) dias a contar de sua intimação da decisão dos declaratórios manejados pela contraparte.

Por sua vez, o § 5º desse mesmo dispositivo legal, estabelece de modo expresse que se os embargos de declaração forem rejeitados ou não alterarem a conclusão do julgamento anterior o recurso interposto pela parte adversa – no vaso, pelo embargado - antes da publicação do julgamento dos embargos de declaração será processado e julgado independentemente de ratificação.

Como visto, prevaleceu na redação do novo Código o entendimento da corrente doutrinária que defendia a desnecessidade de reiteração do recurso dito extemporâneo, de forma a tornar inequívoca, assim, a superação do Enunciado nº 418 da Súmula do STJ, em 17 de março de 2016, por expressa previsão legal.

6 CONCLUSÃO

O direito de recorrer, como visto, nasce com a ciência inequívoca da parte sobre o conteúdo da decisão judicial a ser impugnada. Daí porque não se pode afirmar intempestivo o recurso pelo só fato de ter sido intentado antes de efetivamente formalizada a intimação da parte recorrente.

O prazo recursal, sob essa ótica, assume a natureza de garantia de lapso temporal mínimo concedido aos interessados que pretendam reformar, invalidar, esclarecer ou integrar a decisão judicial, antes que sobre essa incidam os efeitos da preclusão. Da referida garantia pode dispor o recorrente, se assim lhe aprouver, até como forma de, por seu atuar diligente, emprestar maior celeridade ao trâmite processual.

Nesse cenário, o advento da Súmula nº 418/STJ, que se propôs a solucionar questão relativa à admissibilidade do recurso especial interposto na pendência de embargos de declaração, terminou por configurar verdadeiro retrocesso. Isso porque, a aplicação desmedida da exigência de ratificação do recurso especial sem se levar em consideração o fato de terem sido os embargos opostos pela parte adversa

ou mesmo de terem eles sido rejeitados, acabou consistindo na criação jurisprudencial de requisito de admissibilidade recursal.

Não bastasse isso, o entendimento reproduzido na Súmula nº 418/STJ passou a ser aplicado, por extensão analógica, às demais espécies recursais, descuidando-se o intérprete do fato de o verbete sumular ser oriundo de debate da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça que levou em consideração requisito de admissibilidade próprio do apelo nobre, a saber, a imprescindibilidade de prévio esgotamento das vias recursais ordinárias.

Esse afastamento da melhor técnica processual é que faz da Súmula nº 418/STJ um exemplo do que a doutrina terminou por negativamente denominar “jurisprudência defensiva dos tribunais”.

Felizmente, com o advento do Novo Código Civil, o transtorno causado pelas incongruências do questionado verbete está com seus dias contados. Isso porque o novo diploma processual vem estabelecer, de modo expresso, que, nas hipóteses de rejeição dos embargos, ou seja, quando não há sequer a integração da decisão anterior, o recurso anteriormente interposto pela parte adversa será processado e julgado independentemente de ratificação.

Além disso, mesmo na hipótese de acolhimento desses embargos com efeitos modificativos, o novo diploma processual concede ao embargado que já tiver lançado mão de outro recurso o direito de complementar ou alterar, no prazo de quinze dias a contar de sua intimação, suas razões recursais.

De um modo ou de outro, inegável o prejuízo já causado a partes e advogados que tiveram fulminadas suas pretensões pelo fato de não terem promovido a ratificação de suas razões recursais, mesmo quando tal requisito de admissibilidade jamais constou de nenhum texto legal.

Abstract

Analysis of the origin and content of Precedent nº 418 of the Superior Court of Justice - which considers to be inadmissible the special appeal brought before the publication of judgment of the requests for clarification, without subsequent ratification -. and research on the potential possibility of extending the effects of that precedent to other appellate distinct species of special appeal. Wonders both the timing of the appeal brought before effective official publication of the decision, as the possibility of

requiring the applicant, when the appeal is brought concurrently with requests for clarification of the adverse party, the ratification of the appeal.

Keywords: Civil Procedure. Appeals. Concept. Principles. Admissibility requirements. Timing. Unequivocal knowledge. Untimely pleading. Requests for clarification. Ratification. Precedent nº. 418/STJ

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José Henrique Mouta. Indagações acerca da intempestividade do recurso prematuro e a Súmula nº 418 do STJ. *Revista dialética de direito processual*, n. 88, p. 41-50, jul. 2010.

ASSIS, Araken de. *Manual dos recursos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

BRASIL. Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil. *Diário Oficial da União*, Brasília, 17 jan. 1973. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm>. Acesso em: 25 mar. 2015.

COSTA NETO, José Wellington Bezerra da. O esforço do projeto de Código de processo civil contra a jurisprudência defensiva. *Revista de processo*, v. 39, n. 233, p. 123-150, jul. 2014.

DUTRA, Carlos Roberto de Sousa. Intempestividade do recurso por ser prematuro: embargos de declaração. *Juris plenum*, v. 10, n. 58, p. 89-104, jul. 2014.

FARIA, Márcio Carvalho. O novo Código de processo civil vs. a jurisprudência defensiva. *Revista de processo*, v. 37, n. 210, p. 263-300, ago. 2012.

FERREIRA FILHO, Manoel Caetano. *Comentários ao Código de Processo Civil. Do processo de conhecimento – arts. 496 a 565*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

JORGE, Flávio Cheim. Apontamentos sobre a tempestividade recursal: fluência e ciência inequívoca; recurso interposto antes da intimação; interrupção do prazo por força da interposição de embargos de declaração. *Revista de processo*, v. 35, n. 181, p. 173-188, mar. 2010.

JORGE, Flávio Cheim. Requisitos de admissibilidade dos recursos: entre a relativização e as restrições indevidas (jurisprudência defensiva). *Revista de processo*, v. 38, n. 217, p. 13-39, mar. 2013.

MACHADO, Hugo de Brito. Ainda a questão do recurso prematuro. *Revista dialética de direito processual*, n. 128, p. 72-80, nov. 2013.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. O (projeto de) Novo código de processo civil e a jurisprudência defensiva. *Interesse público*, v. 15, n. 80, p. 25-49, jul./ago. 2013.

MONTEIRO, André Luís. Duas providências do projeto de novo Código de processo civil para o fim da chamada jurisprudência defensiva: uma evolução rumo ao pleno acesso à Justiça. *Revista de processo*, v. 37, n. 204, p. 263-280, fev. 2012.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Comentários ao Código de processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

NERY JUNIOR, Nelson. *Teoria geral dos recursos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

PORTO, Éderson Garin. A polêmica tese do recurso prematuro: (fundamentos teóricos para uma crítica à jurisprudência das cortes superiores). *Revista jurídica*, Porto Alegre, v. 61, n. 433, p. 9-41, nov. 2013.

ROSAS, Roberto. *Direito Sumular – Comentários às Súmulas do Supremo Tribunal Federal (incluindo as Súmulas Vinculantes) e do Superior Tribunal de Justiça*. 14ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

SANTOS, Paulo Martins dos. Análise crítica da evolução da jurisprudência do STF e do STJ acerca do recurso prematuro. *Revista dialética de direito processual*, n. 136, p. 89-99, jul. 2014.

SOUZA NETTO, José Laurindo de. A ratificação da apelação após o julgamento dos embargos de declaração: uma exigência nem sempre necessária. *Revista de processo*, v. 39, n. 229, p. 229-244, mar. 2014.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. 53ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2012. Vol. 1.